

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 97ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
 - 2.2 – Reuniões de Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 6 – MANIFESTAÇÕES**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.678

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro São João, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro São João, com sede no Município de Pouso Alegre.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.679

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Vila Rica, com sede no Município de Extrema.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Vila Rica, com sede no Município de Extrema.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.680

Declara de utilidade pública a Associação Solidária Pequeno Galileu, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Solidária Pequeno Galileu, com sede no Município de Santa Luzia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.681

Declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de São Gotardo – AAPSG –, com sede no Município de São Gotardo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de São Gotardo – AAPSG –, com sede no Município de São Gotardo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.682

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Unidos pelo Social, com sede no Município de Betim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Unidos pelo Social, com sede no Município de Betim.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.683

Declara de utilidade pública a entidade Casa da Amizade de Carangola, com sede no Município de Carangola.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Casa da Amizade de Carangola, com sede no Município de Carangola.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.684

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Rural Tapir, com sede no Município de Itamogi.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Rural Tapir, com sede no Município de Itamogi.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.685

Declara de utilidade pública a Associação Projeto Social Crescer, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Projeto Social Crescer, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.686

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores dos Achados, com sede no Município de Santana do Paraíso.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores dos Achados, com sede no Município de Santana do Paraíso.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.687

Declara de utilidade pública a Associação dos Guardas Municipais do Município de Nova Lima, com sede no Município de Nova Lima.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Guardas Municipais do Município de Nova Lima, com sede no Município de Nova Lima.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.688

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Mata-Burro dos Mafaldas, com sede no Município de Lagoa Formosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Mata-Burro dos Mafaldas, com sede no Município de Lagoa Formosa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.689

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Bela Vista, com sede no Município de Capitão Enéas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Bela Vista, com sede no Município de Capitão Enéas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.690

Declara de utilidade pública a Associação de Capoeira Rock de São Domingos do Prata, com sede no Município de São Domingos do Prata.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Capoeira Rock de São Domingos do Prata, com sede no Município de São Domingos do Prata.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.691

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores da Ponte do Pasmado – Ampop –, com sede no Município de Itinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores da Ponte do Pasmado – Ampop –, com sede no Município de Itinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.692

Declara de utilidade pública a Associação de Diaconia da Pessoa Idosa, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Diaconia da Pessoa Idosa, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.693

Declara de utilidade pública a Associação das Mulheres Unidas pelos Bairros Vila Operária e Água Santa, com sede no Município de Capelinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação das Mulheres Unidas pelos Bairros Vila Operária e Água Santa, com sede no Município de Capelinha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.694

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária das Mulheres do Tabuleiro, com sede no Município de Salinas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária das Mulheres do Tabuleiro, com sede no Município de Salinas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/11/2017

Presidência dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Vanderlei Miranda

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 4.803, 4.805 e 4.806/2017 – Requerimentos n°s 9.398 a 9.436, 9.438 a 9.454, 9.456, 9.457 e 9.460/2017 – Requerimentos Ordinários n°s 3.100, 3.104, 3.108 e 3.109/2017 – Proposições Não Recebidas: Requerimentos n°s 9.437, 9.455 e 9.458/2017, Requerimento Ordinário n° 3.025/2017 e Requerimento n° 9.459/2017 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Educação, de Transporte e do Trabalho e do deputado Gil Pereira – Comunicações não Recebidas: Comunicação do deputado Carlos Pimenta – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Duarte Bechir, Sargento Rodrigues, André Quintão, João Leite e Rogério Correia – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário n° 3.104/2017; deferimento – Requerimento Ordinário n° 3.100/2017; indeferimento – Votação de Requerimentos: Requerimentos Ordinários n°s 3.103, 3.108 e 3.109/2017; aprovação – Requerimentos n°s 2.457/2015 e 4.830/2016; aprovação – Requerimento n° 5.529/2016; aprovação na forma do Substitutivo n° 1 – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arnaldo Silva – Braulio Braz – Carlos Henrique – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Coronel Piccinini – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – João Leite – João Vítor Xavier – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Nozinho – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h2min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Braulio Braz, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.803/2017

Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Calafate e Adjacências o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Calafate e Adjacências o imóvel com área de 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na Rua B, esquina com a Rua 03, no Bairro Calafate, no Município de Passa-Tempo, e registrado sob o nº 2.672, a fls. 188 do Livro 2-G, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Passa-Tempo.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se ao funcionamento da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Calafate e Adjacências.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de novembro de 2017.

Deputado Inácio Franco – PV

3º-Vice-Presidente

Justificação: O imóvel objeto deste projeto de lei é de propriedade do Estado de Minas Gerais e está cedido para a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Calafate e Adjacências desde 1985. No imóvel, funciona a sede da Entidade que desenvolve várias ações voltadas para a área de assistência social, portanto, verifica-se que a Associação vem dando ao imóvel finalidade social.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação deste projeto que tem por objetivo viabilizar a doação do terreno à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Calafate e Adjacências para que continue prestando seus relevantes serviços à população de Passa-Tempo e região.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública, para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.805/2017

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da localidade de Engenho II, com sede no Município de Espinosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da localidade de Engenho II, com sede no Município de Espinosa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de novembro de 2017.

Deputado Cristiano Silveira (PT)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.806/2017

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Muriaé, o imóvel com área de 288,40 m² (duzentos e oitenta e oito metros e quarenta décimos quadrados) e respectivas benfeitorias, situada na Praça João Pinheiro, número 81, Bairro Centro, registrado sob o nº 008180-2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Muriaé.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o caput deste artigo destina-se ao funcionamento de um Centro de Vacinação.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 05 anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2017.

Deputado Carlos Henrique – PRB

Justificação: O Projeto de Lei se submete a deliberação dessa Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que Autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar área de terreno medindo 288,40 m² (duzentos e oitenta e oito metros e quarenta décimos quadrados), situada à Praça João Pinheiro, número 81, Bairro Centro, de propriedade do Município de Muriaé e dá outras providências. Esclareço que a doação a ser autorizada deverá ser outorgada ao Centro de vacinação, sem fins lucrativos e de caráter público, cujas finalidades estatutárias compreendem projetos de caráter social para a comunidade carente em geral de atendimento médico.

A área de terreno a ser doada, avaliada em R\$ 1.305.054,00 (um milhão, trezentos e cinco mil e cinquenta e quatro reais), de domínio pleno municipal. Imóvel com área de 112,00 m² e benfeitoria com área de 288,40 m². Emitido em razão de regularização mo imóvel, já ocupado. Funciona também no imóvel a coordenadoria Regional SEPLAG de Muriaé.

Encontra-se prevista cláusula de reversão, para o caso de desvio ou não realização do objetivo necessário ao cumprimento de sua finalidade, dentro do prazo de 02 (dois) anos, contados da efetivação da doação.

A presente iniciativa com a doação pretendida a uma instituição que irá realizar atendimento médico e vacinação prola comunidade, possibilitará a manutenção dessa grandiosa obra, utilizando, para tanto, o imóvel em apreço para o atendimento ao interesse público.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública, para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 9.398/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 49º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/11/2017, em Belo Horizonte, que resultou no salvamento de uma idosa de 68 anos; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.399/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a instalação de delegacia de polícia em Brasilândia de Minas.

Nº 9.400/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a instalação de delegacia de polícia em Chapada Gaúcha.

Nº 9.401/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a instalação de delegacia de polícia em Dom Bosco.

Nº 9.402/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que determinem a instalação de delegacia de polícia em Uruçuaia.

Nº 9.403/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências com vistas à instalação de delegacia de polícia em Cabeceira Grande.

Nº 9.404/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a instalação de delegacia de polícia em Formoso.

Nº 9.405/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a instalação de delegacia de polícia em Uruana de Minas.

Nº 9.406/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a instalação de delegacia de polícia em Riachinho.

Nº 9.407/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a instalação de delegacia de polícia no Município de Varjão de Minas.

Nº 9.408/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a instalação de delegacia de polícia em Arinos.

Nº 9.409/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a instalação de uma delegacia de polícia no Município de Lagamar.

Nº 9.410/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas, com compartimento de segurança, ao Município de Uruana de Minas.

Nº 9.411/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas, com compartimento de segurança, além de novos coletes à prova de balas, ao Município de Arinos.

Nº 9.412/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para o aumento do efetivo policial do Município de Formoso, bem como para a destinação a esse município de novas viaturas, com compartimento de segurança.

Nº 9.413/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam disponibilizados novos coletes à prova de balas aos policiais militares lotados no Distrito de Palmital.

Nº 9.414/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à destinação de novas viaturas e novos coletes à prova de balas ao Município de Natalândia.

Nº 9.415/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Vazante.

Nº 9.416/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Cabeceira Grande.

Nº 9.417/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Guarda-Mor.

Nº 9.418/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Dom Bosco.

Nº 9.419/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à destinação de viaturas, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de balas ao Município de Brasilândia de Minas.

Nº 9.420/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas e coletes à prova de balas ao Município de São Gonçalo do Abaeté.

Nº 9.421/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Varjão de Minas.

Nº 9.422/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Presidente Olegário.

Nº 9.423/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Riachinho.

Nº 9.424/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas, com compartimento de segurança, e coletes à prova de balas ao Município de Urucuia.

Nº 9.425/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 19ª Reunião Ordinária, com vistas à ampliação do número de viaturas no Município de Itaúna, considerando-se as demandas apresentadas a esta comissão pelo Sr. Hudson Rodrigues Bernardes, vereador do município.

Nº 9.426/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Santa Helena de Minas.

Nº 9.427/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja destinada nova viatura ao 4º Pelotão da 20ª Companhia de Polícia Militar Independente, sediado no Município de Monte Santo de Minas.

Nº 9.428/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Indianópolis.

Nº 9.429/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que sejam priorizadas, no âmbito de suas atribuições, operações conjuntas de repressão qualificada no Bairro Nova Cintra, em Belo Horizonte, especialmente nas proximidades da Escola Estadual Professor Magalhães Drumond, inclusive com ações prévias de monitoramento e de prisão dos alvos, considerando-se a grave situação de segurança por que passa a escola.

Nº 9.430/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências com vistas à avaliação da viabilidade de transferência do Sr. Davi de Lima Ferreira, investigador de polícia, MASP 12570650, para o Município de Ituiutaba ou cidades próximas.

Nº 9.431/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a imediata designação de vigilantes e instalação de câmeras na Escola Estadual Professor Magalhães Drumond, localizada no Bairro Nova Cintra, em Belo Horizonte, como forma de contribuir para a melhoria das condições de segurança da escola.

Nº 9.432/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para a realização de vistoria, com a elaboração de laudo técnico, nas dependências da 6ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, informando se o imóvel atende aos requisitos legais de prevenção e combate a incêndio e pânico.

Nº 9.433/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que os militares que forem reconvocados tenham direito a promoção ao imediato posto ou graduação após 5 anos de reconvocação.

Nº 9.434/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Vigilância Sanitária do Município de Belo Horizonte – Visa – pedido de providências para a realização de vistoria nas dependências da 6ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, haja vista a grande quantidade de fezes de roedores encontradas por esta comissão durante visita feita em 24/10/2017.

Nº 9.435/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o Curso de Habilitação de Oficiais – CHO – possa permitir a promoção até o posto de tenente-coronel da ativa.

Nº 9.436/2017, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Caixa Econômica Federal pedido de informações sobre a regularidade na fiscalização das condições de acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas casas lotéricas situadas no Estado.

Nº 9.438/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o salário de soldado seja equiparado ao de defensor público, uma vez que o pré-requisito para ingresso na Polícia Militar é o mesmo exigido para ingresso na Defensoria Pública.

Nº 9.439/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 19ª Reunião Ordinária, com vistas à implementação do plantão integral de polícia civil e à ampliação do número de delegados e investigadores em Itaúna, considerando-se as demandas apresentadas pelo Sr. Hudson Rodrigues Bernardes, vereador do município.

Nº 9.440/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde e ao governador do Estado pedido de providências para o pagamento imediato da segunda parcela da reforma do pronto-socorro do Hospital Dilson Godinho, no valor de 1 milhão de reais, para amenizar o caos da urgência e emergência do Estado e da região Norte de Minas.

Nº 9.441/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que se realizem, com urgência, a análise e a aprovação do projeto de ligação da via de acesso ao Aeroporto Regional da Zona da Mata com a BR-040 e para que seja autorizada a abertura imediata da via de acesso ao Aeroporto Itamar Franco, que liga as Rodovias BR-040 e MG-353.

Nº 9.442/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que sejam compradas cadeiras de rodas, muletas e demais materiais necessários às pessoas com deficiência. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 9.443/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Assistência à Saúde pedido de providências para a recomposição dos preços das cadeiras de rodas, muletas e demais itens necessários às pessoas com deficiência; e, ainda, seja enviada cópia do requerimento aos senadores e aos deputados federais por Minas Gerais. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 9.444/2017, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com Lucas Fernando de Oliveira Santos pelo desempenho nas Olimpíadas do Conhecimento, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, que lhe rendeu medalha de ouro na modalidade Elétrica Industrial, como representante do Senai de São João del-Rei.

Nº 9.445/2017, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com os alunos, os professores e o diretor da Escola Municipal João Paulo I e com o prefeito de Caputira, premiados pelo projeto Horta Escolar: preparo do solo e cultivo de orgânicos, na VII Mostra Simonesiense de Trabalhos Científicos, realizada na cidade de Simonésia.

Nº 9.446/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para que as cirurgias oncológicas tenham remuneração idêntica, independentemente da instituição na qual estão sendo feitas, desde que sejam realizadas por cirurgiões habilitados para esse procedimento.

Nº 9.447/2017, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à liberação dos recursos necessários à execução do Termo de Compromisso nº 834210/2016, cujo objeto é a reforma geral da Escola Estadual Sara Kubitschek, no Município de Carrancas.

Nº 9.448/2017, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – em Belo Horizonte e à Uemg em Passos pedido de providências com vistas à apreciação da solicitação da Sra. Ana Paula de Fátima Coelho quanto à possibilidade de exercer suas funções na unidade dessa instituição em Passos.

Nº 9.449/2017, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para que o Município de Belo Oriente seja incluído entre os locais indicados para a aplicação das provas do Enem.

Nº 9.450/2017, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à elaboração da planilha de obras referente ao Termo de Compromisso nº 814212/2015, no valor de R\$350.000,00, para a reforma geral do Centro de Educação Profissional Tancredo Neves, no Município de Brazópolis, bem como à liberação dos recursos necessários para a execução dessa reforma.

Nº 9.451/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde, à Ouvidoria-Geral do Estado e ao governador do Estado pedido de providências para reposição dos estoques de medicamentos dos Centros de Atenção Psicossocial – Caps.

Nº 9.452/2017, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado da Educação pedido de informações sobre a quantidade de *kits* escolares distribuídos em 2017 aos alunos da rede estadual de ensino, bem como sobre quais foram as escolas beneficiadas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.453/2017, do deputado Gil Pereira, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz de Paula Ferreira, em 23/11/2017, em Montes Claros. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 9.454/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 26ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 22/11/2017, em Divisa Alegre, que resultou na apreensão de drogas, armas de fogo, munição e na detenção de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.456/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, pela operação realizada em 22/11/2017, em Santa Luzia, que resultou na apreensão de 48 buchas de substância semelhante à maconha, 10 pedras de substância semelhante a *crack*, 30 armas de fogo de diferentes calibres e munições intactas, na prisão de três pessoas e na apreensão de um menor. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.457/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Santuário Nossa Senhora da Piedade, com a Arquidiocese de Belo Horizonte e com a Prefeitura Municipal de Caeté pela elevação, pelo Papa Francisco, da ermida que guarda a imagem de Nossa Senhora da Piedade, padroeira de Minas Gerais, a Basílica Ermida da Padroeira de Minas Gerais – Nossa Senhora da Piedade; e da Igreja das Romarias a Basílica Estadual Nossa Senhora da Piedade – Padroeira de Minas Gerais. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 9.460/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, pela operação realizada em 21/11/2017, em Montes Claros, que resultou na apreensão de 66 comprimidos de Ecstasy. (– À Comissão de Segurança Pública.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 3.100/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer a anexação do Projeto de Lei nº 4.631/2017, de autoria do governador do Estado, ao Projeto de Lei nº 2.874/2015.

Nº 3.104/2017, do deputado Isauro Calais, em que requer seja o Projeto de Lei nº 3.708/2016 retirado de tramitação.

Nº 3.108/2017, do deputado Tadeu Martins Leite, em que requer seja o Projeto de Lei nº 4.247/2017 distribuído à Comissão de Direitos Humanos para parecer.

Nº 3.109/2017, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer seja o Projeto de Lei nº 4.247/2017 distribuído à Comissão do Trabalho para parecer.

Proposições não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso I do art. 284, do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 9.437/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas, com compartimento de segurança, e coletes à prova de balas ao Município de Chapada Gaúcha.

Nº 9.455/2017, da Comissão de Educação, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento da Sra. Irene de Melo Pinheiro, profissional exemplar da área de educação, além de grande psicóloga.

Nº 9.458/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, pela operação realizada em 21/11/2017, em Santa Luzia, que resultou na apreensão de aproximadamente 300 quilos de substância semelhante a maconha, cerca de um quilo e meio de cocaína, uma caixa contendo munições calibre 9mm intactas e diversos materiais usados no preparo de drogas e na prisão de uma pessoa.

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 3.025/2017

Do deputado Léo Portela, em que requer seja o Projeto de Lei nº 2.634/2015 incluído em ordem do dia, uma vez que a Comissão de Desenvolvimento Econômico perdeu o prazo para emitir parecer.

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 9.459/2017

Do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, pela operação de prevenção e combate ao tráfico de drogas realizada em 21/11/2017, em Caratinga, que resultou na apreensão de 40kg de maconha, um veículo e inúmeros aparelhos celulares e na prisão de três pessoas.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Educação, de Transporte e do Trabalho e do deputado Gil Pereira.

Comunicações não Recebidas

– A presidência deixa de receber a seguinte comunicação:

Do deputado Carlos Pimenta em que notifica o falecimento do Sr. Luiz de Paula Ferreira, ocorrido em 23/11/2017, em Montes Claros.

Oradores Inscritos

– Os deputados Duarte Bechir, Sargento Rodrigues, André Quintão, João Leite e Rogério Correia proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente (deputado Vanderlei Miranda) – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n°s 9.399 a 9.435, 9.438 e 9.439/2017, da Comissão de Segurança Pública, 9.436/2017, da Comissão da Pessoa com Deficiência, 9.440, 9.446 e 9.451/2017, da Comissão de Saúde, 9.441/2017, da Comissão de Transporte, e 9.444, 9.445, 9.447 a 9.449 e 9.450/2017, da Comissão de Educação. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

de Educação – aprovação, na 22ª Reunião Ordinária, em 21/11/2017, dos Projetos de Lei n°s 4.034/2017, do deputado Léo Portela, e 3.926/2016, do deputado Noraldino Júnior, e dos Requerimentos n°s 9.157/2017, do deputado Bosco, 9.177 a 9.182/2017, do deputado Ulysses Gomes, 9.275/2017, do deputado Thiago Cota, 9.294/2017, do deputado Gil Pereira, 9.296/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, e 9.322/2017, do deputado Inácio Franco;

de Transporte – aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 21/11/2017, dos Requerimentos n°s 9.270 a 9.272/2017, do deputado Leonídio Bouças, 9.273/2017, da Comissão da Pessoa com Deficiência, e 9.341 a 9.344/2017, do deputado Anselmo José Domingos;

e do Trabalho – aprovação, na 4ª Reunião Extraordinária, em 23/11/2017, dos Projetos de Lei n°s 4.118/2017, do deputado Isauro Calais, 4.132/2017, do deputado Lafayette de Andrada, 4.215/2017, do deputado Cássio Soares, e 4.286/2017, do deputado Gil Pereira, e dos Requerimentos n°s 9.140/2017, do deputado Gil Pereira, 9.289/2017, do deputado Lafayette de Andrada, e 9.361/2017, do deputado Bosco (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário n° 3.104/2017, do deputado Isauro Calais, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei n° 3.708/2016 (Arquive-se o projeto.); e indefere, nos termos do inciso XIII do art. 232, c/c o § 2º do art. 173, do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário n° 3.100/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que solicita seja o Projeto de Lei n° 4.631/2017, do governador do Estado, anexado ao Projeto de Lei n° 2.874/2015, de sua autoria e do deputado Fabiano Tolentino, por guardarem semelhança entre si.

Votação de Requerimentos

O presidente – Requerimento Ordinário n° 3.103/2017, do deputado João Magalhães, em que solicita seja o Projeto de Lei n° 4.773/2017 distribuído à Comissão de Administração Pública para parecer. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento Ordinário n° 3.108/2017, do deputado Tadeu Martins Leite, em que solicita seja o Projeto de Lei n° 4.247/2017 distribuído à Comissão de Direitos Humanos para parecer. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento Ordinário nº 3.109/2017, do deputado Geraldo Pimenta, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 4.247/2017 distribuído à Comissão do Trabalho para parecer. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento nº 2.457/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à diretora do Detran-MG pedido de informações sobre a regulamentação e a fiscalização dos valores cobrados pela alienação de placas automotivas no Estado, tendo em vista as notáveis diferenças de valores praticados no mercado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 4.830/2016, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a existência de convênio com o Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção – Censa –, localizado em Betim, bem como sobre o repasse de recursos financeiros nos anos de 2015 e 2016, caso exista a parceria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 5.529/2016, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – e ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações sobre as queimadas nos parques e nas áreas de preservação e as providências que estão sendo tomadas para conter a devastação causada pelo fogo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 5.529/2016 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de logo mais, às 19 horas, e de amanhã, dia 24, às 10 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/10/2017

Às 14h53min, comparece na Sala das Comissões o deputado Fred Costa, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o plano de carreira dos agentes de controle de endemias e agentes comunitários de Saúde de Belo Horizonte. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Lucimar Rodrigues Fonseca, representante dos Agentes Comunitários de Saúde de Belo Horizonte e Patrícia Cristina Silva Andrade, representante dos Agentes do Combate à Endemias; e os Srs. Alexandre Tavares Costa, defensor público coordenador da Área Civil de Belo Horizonte, representando Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública geral do Estado de Minas Gerais; Israel Arimar de Moura, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte; João Rodrigues Pinheiro Filho, agente de combate à endemia; Nilo Sérgio Pacheco Paes, agente comunitário de saúde; Ewerton de Matos Silva, agente de combate à endemia II; e Hélio Medeiros, vereador de Belo Horizonte. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão,

conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2017.

Paulo Guedes, presidente.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/10/2017

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados André Quintão, Geraldo Pimenta (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM) e Antônio Jorge (substituindo o deputado Coronel Piccinini, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.146/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel) e 4.107/2017 (relatora: deputada Geisa Teixeira), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.756/2017. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 179, 1.517, 2.814 e 3.159/2015; 3.679, 3.754, 3.764, 3.917 e 3.940/2016; e 3.992, 3.999, 4.033, 4.085, 4.089, 4.131, 4.133, 4.155, 4.171, 4.181, 4.193, 4.202, 4.220, 4.232, 4.248, 4.321 e 4.345/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença da deputada Geisa Teixeira. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.430/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a Portaria nº 1.129, de 13/10/2017, do Ministério do Trabalho, que dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo, para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado em consequência de fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do art. 2-C da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990;

nº 10.453/2017, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem seja realizado debate público sobre a situação da indústria mineira e a retomada do emprego no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2017.

Celinho do Sinttrocel, presidente – André Quintão – Coronel Piccinini – Nozinho.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/10/2017

Às 15h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Felipe Attiê, Duarte Bechir, João Leite e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antonio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Felipe Attiê, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater e buscar soluções que protejam o consumidor relativamente à existência de prazo de validade dos créditos de vale-transporte

em vários municípios. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.690/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado João Leite, em virtude de redistribuição. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.906/2015, no 2º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, deputado Felipe Attiê. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.872, 8.878 e 8.906/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.479/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações acerca das providências adotadas pela empresa no sentido de atender às demandas apontadas no relatório apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Iturama, o qual foi entregue ao governador do Estado quando de sua visita ao Município de Frutal;

nº 10.480/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Arsae e à Copasa-MG pedido de providências para que sejam realizadas visitas técnicas aos Municípios de Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre, Congonhal, Extrema, Botelhos e Carmo do Rio Claro para que sejam verificadas e apuradas possíveis irregularidades na prestação dos serviços de saneamento e esgotamento sanitário;

nº 10.481/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o Plano de Atendimento dos Municípios da Região Sul de Minas Gerais para o ano de 2018;

nº 10.482/2017, dos deputados Fabiano Tolentino, Felipe Attiê e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado à Arsae pedido de providências para que sejam investigadas e apuradas possíveis irregularidades praticadas pela Copasa-MG, especificamente em relação à cobrança de tarifas de esgoto dos usuários residentes nos Municípios de São Sebastião do Paraíso, João Pinheiro, Guaxapé, Bom Despacho, Botelhos, Carmo do Rio Claro, Santa Rita do Sapucaí e Curvelo;

nº 10.485/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Felipe Attiê, em que requerem seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências para que sejam investigadas e apuradas possíveis irregularidades praticadas pela Copasa-MG, especificamente em relação à cobrança de tarifas de esgoto, sem que esteja ocorrendo a devida prestação dos serviços, dos usuários residentes nos Municípios de São Sebastião do Paraíso, João Pinheiro, Guaxapé, Bom Despacho, Botelhos, Carmo do Rio Claro, Santa Rita do Sapucaí, Curvelo, Iturama, Itapeverica, entre outros;

nº 10.486/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Felipe Attiê, em que requerem seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para que sejam realizados investimentos em saneamento no Município de Nova Resende, tendo em vista o desabastecimento de água em alguns bairros;

nº 10.529/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Felipe Attiê, em que requerem seja encaminhado à Arsae-MG pedido de providências para que seja realizada fiscalização técnica e aplicadas as penalidades previstas no Contrato de Programa nº 1032938, firmado entre a Copasa-MG e o Município de São Sebastião do Paraíso com o intuito de resguardar os direitos do município em relação aos atrasos insuficientemente justificados no cumprimento do cronograma de execução das obras previstas em contrato; e sejam encaminhados ao referido órgão o Ofício nº 03972017, o relatório de visita técnica às obras e a ata da audiência de mediação entre a Arsae, a Copasa-MG e o Município de São Sebastião do Paraíso.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Anna Carolina Maseo, assessora jurídica, representando o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitanos – Sintram –, e os Srs. Adilson Elpídio Daros, gerente de Controle, Estudos Tarifários e Tecnologia, representando o diretor-presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans; Geraldo Spagno Guimarães, assessor jurídico

da BHTrans; Pedro Aurélio Conde Baêta da Costa, assessor jurídico, representando o coordenador do Procon Assembleia; Edson Messias Barbara, diretor, representando o presidente do Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte – STTRBH; e Edilson Cruz, gerente institucional da Câmara de Diretores Lojistas de Belo Horizonte – CDL-BH. A presidência, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra aos demais deputados e convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2017.

João Leite, presidente – Duarte Bechir – Sargento Rodrigues.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/11/2017

Às 10h31min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Hely Tarquínio, Bonifácio Mourão, Isauro Calais, Luiz Humberto Carneiro e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva, Tadeu Martins Leite e Felipe Attiê. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: documentos referentes aos Projetos de Lei nºs 4.405 e 4.469/2017, necessários a sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão; ofício do deputado Doutor Jean Freire, presidente da Comissão de Participação Popular, convidando a comissão para participar da audiência pública conjunta das comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que se fará realizar no Auditório José de Alencar Gomes, desta Casa, no dia 9/11/2017, às 18 horas, para receber os relatórios com as sugestões populares resultantes do processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 4.665/2017, encerrando-se o PPAG. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.654/2017, no 1º turno, do qual avocou para si a relatoria. A presidência comunica que será solicitada a reiteração do requerimento de pedido de informações referente ao Projeto de Lei nº 4.145/2017, nos termos do art. 82, XXX, do Regimento Interno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 424/2015, 3.569/2016 e 4.094/2017 (relator: deputado Leonídio Bouças); 3.905/2016 (relator: deputado Hely Tarquínio); e 4.080/2017 (relator: deputado Bonifácio Mourão), todos no 1º turno; 2.762/2015 e 3.697/2016, ambos em turno único; e 4.082/2017, no 1º turno (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.119/2015, 3.854/2016 (relator: deputado Bonifácio Mourão); e 3.888/2016 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro), todos na forma do Substitutivo nº 1. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.316/2016 (relator: deputado Bonifácio Mourão); 4.328, 4.445 e 4.548/2017 (relator: deputado Leonídio Bouças); e 4.390/2017 (relator: deputado Hely Tarquínio). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, a requerimento dos respectivos relatores mencionados entre parênteses, os Projetos de Lei nºs 4.074/2017 (deputado Hely Tarquínio); 4.360 e 4.379/2017 (deputado Roberto Andrade); e 4.380/2017 (deputado Isauro Calais). O Projeto de Lei nº 4.230/2017 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 4.065/2017, 2.251/2015, 2.875/2015 (relator: deputado Isauro Calais) e 2.075/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão), o primeiro em turno único e os demais no 1º turno,

deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores, mencionados entre parênteses. O Projeto de Lei nº 2.876/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Bonifácio Mourão. Os Projetos de Lei nºs 2.041 e 2.770/2015 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Luiz Humberto Carneiro, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação são aprovados, cada um por sua vez, pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.809/2015, 4.438/2017 (relator: deputado Bonifácio Mourão); 4.552/2017 (relator: deputado Hely Tarquínio); 4.575, 4.590 e 4.632/2017 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro), todos com a Emenda nº 1. Após discussão e votação são aprovados, cada um por sua vez, pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 4.296, 4.356, 4.359, 4.493 e 4.517/2017 (relator: deputado Roberto Andrade); 4.357, 4.457, 4.466 e 4.522/2017 (relator: deputado Isauro Calais); 4.358 e 4.568/2017 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); 4.365, 4.505, 4.505 e 4.544/2017 (relator: deputado Bonifácio Mourão); 4.366, 4.405, 4.472, 4.477, 4.601 e 4.634/2017 (relator: deputado Leonídio Bouças); 4.521 e 4.573/2017 (relator: deputado Hely Tarquínio); 3.726/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição); 4.170/2017 (relator: deputado Roberto Andrade, em virtude de redistribuição); 4.519 e 4.523/2017 (relator: deputado Hely Tarquínio, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.701/2017, dos deputados Roberto Andrade, Leonídio Bouças, Isauro Calais, Bonifácio Mourão, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais pedido de providências com vistas a garantir agilidade na apresentação de respostas às solicitações de informações sobre os projetos de lei que têm por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar imóveis públicos;

nº 10.704/2017, dos deputados Luiz Humberto Carneiro, Felipe Attiê e Leonídio Bouças, em que requerem seja realizada audiência pública, no Município de Tupaciguara, para debater as outorgas de uso da água.

Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que se solicita, nos termos do § 1º do art. 301 do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 4.592, 4.593 e 4.630/2017 que os projetos sejam instruídos com a documentação necessária à sua tramitação.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2017.

Leonídio Bouças, presidente – Hely Tarquínio – Luiz Humberto Carneiro – Isauro Calais – Sargento Rodrigues.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/11/2017

Às 10h32min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Glaycon Franco, Thiago Cota, Dilzon Melo e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.241 e 9.242/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº nº 10.674/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública da

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater os impactos ambientais causados pelo rompimento da estrutura de contenção de rejeitos da Barragem de Fundão, operada pela Samarco, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, em Mariana, bem como tratar das medidas compensatórias adotadas pela empresa para minimizar os impactos ambientais causados pelo desastre. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2017.

Geraldo Pimenta, presidente – Marília Campos – Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/11/2017

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fábio Cherem, Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Celinho do Sinttrocel, por indicação da liderança do BMM) e Noraldino Júnior (substituindo o deputado Anselmo José Domingos, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fábio Cherem, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Mário Rodrigues Júnior, diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (10/8/2017); Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz, consultor de Relações Institucionais da Telefônica (18/8/2017); Renato A. Soares, presidente da Cooperminas (26/8/2017); e Vitor Elisio Goes de Oliveira Menezes, superintendente de Outorga e Recursos à Prestação da Agência Nacional de Telecomunicações (31/8/2017). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.432/2016, no 1º Turno, é redistribuído ao deputado Geraldo Pimenta e convertido em diligência, a requerimento do relator, à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.959, 8.965, 9.117, 9.134, 9.136, 9.137, 9.142 e 9.148/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.272 e 10.274/2017. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.702/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que realize, com urgência, a análise e a aprovação do projeto de ligação da via de acesso ao Aeroporto Regional da Zona da Mata com a BR-040 e para que seja autorizada a abertura imediata da via de acesso ao Aeroporto Itamar Franco, que liga as Rodovias BR-040 e MG-353;

nº 10.703/2017, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer seja enviado ao secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para a realização, com urgência, da recuperação da cobertura asfáltica da via expressa no Município de Betim.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 10.363/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que se autorize a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – a realizar obras para a implantação de redutores de velocidade na Avenida Américo Vespúcio, em frente aos nºs 750 e 865, na esquina com a Rua Henrique Diniz, no Bairro Aparecida;

nº 10.364/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para autorizar a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a executar obras de implantação de acessibilidade e escadaria no quarteirão da Rua Recife, entre as Ruas Professor Milton Lage e Leopoldina de Oliveira, no Bairro Nova Esperança;

nº 10.365/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que se autorize a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar obras de implantação de rede de escoamento de água pluvial na Rua Mateus Leme, no Bairro Ermelinda;

nº 10.366/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que se autorize a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – a realizar obras de implantação de redutor de velocidade na Rua Castelo de Alenquer, entre as Ruas Castelo de Setúbal e Castelo Lamego, no Bairro Castelo;

nº 10.367/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para autorizar a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar obras de implantação de rampa de acessibilidade com guarda-corpos na Rua Mariana Barcelos, 7, no Bairro Aparecida;

nº 10.368/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que se autorize a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar obras de infraestrutura nas Ruas Renato Nascimento e Sigma, no Bairro Alto dos Caiçaras, para a implantação de rede de esgoto no local;

nº 10.369/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que se autorize a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar obras de revitalização total da entrada do Bairro Califórnia, na Rua João Avelino Pereira, na altura do Km 530, primeira entrada do bairro, sentido Ceasa;

nº 10.370/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que se autorize a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar obras de recapeamento asfáltico na Rua Santa Josefina, no Bairro Aparecida;

nº 10.372/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para autorizar a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – a realizar estudos técnicos visando à implantação de linha de ônibus suplementar que faça o itinerário entre o Bairro Pedro II e a Estação do Metrô Vilarinho, em atendimento a toda a comunidade de Venda Nova;

nº 10.373/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que se autorize a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar obras de revitalização da Praça João Balbino, localizada na Rua Aristides Ferreira, esquina com a Rua Sabará, no Bairro Colégio Batista;

nº 10.374/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que autorize a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar projeto de cobertura da quadra da Associação Comunitária Senhor Bom Jesus, localizada na Rua Vassouras, 452, Bairro Senhor Bom Jesus;

nº 10.375/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que se autorize a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar obras de revitalização de duas quadras esportivas situadas em terreno municipal da Rua Antônio Peixoto Guimarães, 165, ao lado da Escola Estadual Professor Francisco Brant, no Bairro Caiçara;

nº 10.377/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que autorize a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – a realizar obras de instalação de redutores de velocidade nas Ruas Januário Borges, 60, e José Rachel de Pinho, 209, no Bairro Jardim Vitória;

nº 10.378/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que autorize a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – a realizar obras de instalação de faixa de pedestres com piso elevado na Rua Pedro Lessa, entre as Ruas Conselheiro Mata e Euclides Andrade, no Bairro Santo André;

nº 10.379/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que autorize a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – a realizar obras de instalação de redutor de velocidade na Rua Argemiro Rodrigues e Silva, 270, no Bairro Aparecida;

nº 10.380/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para autorizar a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – a realizar obras para instalação de redutor de velocidade na Rua Guararapes, esquina com a Rua Délio Salomão, no Bairro Novo Glória;

nº 10.381/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que autorize a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar obras de manutenção e reforma na quadra de esportes anexa ao Conjunto Habitacional Via Expressa I, no Bairro Califórnia;

nº 10.382/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que autorize a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – a realizar obras para a implantação de redutor de velocidade na Rua Gomes Pereira, 284, no Bairro Santa Inês;

nº 10.383/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que autorize a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar obras para a abertura do quarteirão da Rua Recife, entre as Ruas Margarida Praxedes Torres e Martins Alves, no Bairro Nova Esperança;

nº 10.384/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que autorize a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar obras de asfaltamento na Rua São Pascoal, entre Ruas Gustavo Murgel e Manhumirim, no Bairro Caiçara;

nº 10.385/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que autorize a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar obras de recapeamento asfáltico na Rua Lynda Demas Tavares, no Bairro Goiânia;

nº 10.386/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que autorize a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar obras de reforma e instalação de corrimão na escadaria situada na Rua Ildebrando Clark, no Bairro Dom Bosco;

nº 10.387/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que autorize a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar obras de recapeamento em toda a extensão da Rua Todos os Santos, no Bairro Alto Caiçara;

nº 10.388/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que autorize a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar obras de recapeamento asfáltico em toda a extensão da Rua Walfrido de Gramont, no Bairro Califórnia;

nº 10.389/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que autorize a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – a realizar obras de recapeamento asfáltico da Rua Felisberta Camargos, entre o Anel Rodoviário e a Rua Cristina Maria de Assis, no Bairro Califórnia;

nº 10.505/2017, do deputado Cássio Soares, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de adaptação da Rodovia MG-050, no trecho entre Passos e Itaú de Minas, e a adoção de medidas de segurança para a redução de acidentes nessa via;

nº 10.697/2017, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada audiência pública para discutir o relatório da auditoria realizada pela Controladoria-Geral do Estado no contrato de parceria público-privada entre a concessionária Nascentes das Gerais e o governo do Estado, que apontou falhas, desvios e atrasos nas obras da MG-050;

nº 10.698/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Januária, para debater o asfaltamento da MGC-479, que liga Januária a Chapada Gaúcha;

nº 10.699/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a volta de voos nacionais no Aeroporto da Pampulha.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2017.

Fábio Cherem, presidente – Anselmo José Domingos – Celinho do Sinttrocel – Gustavo Santana.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 27/11/2017, destinada a homenagear o Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem-MG – pelos 50 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 24 de novembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados André Quintão, Coronel Piccinini e Nozinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/11/2017, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os impactos da proposta de privatização dos bancos públicos e empresas públicas para a sociedade brasileira; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2017.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/11/2017, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.882/2015 e 4.705/2017, do governador do

Estado, 2.141/2015, do deputado Tiago Ulisses, e 3.677/2016, da Comissão Extraordinária das Barragens, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2017.

Tiago Ulisses, presidente.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 23/11/2017, a seguinte comunicação:

Do deputado Gil Pereira em que notifica o falecimento do Sr. Luiz de Paula Ferreira, ocorrido em 23/11/2017, em Montes Claros. (– Ciente. Oficie-se.)



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

DISCURSOS PROFERIDOS NA 95ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/11/2017

O deputado Fabiano Tolentino* – Sr. Presidente, companheiros deputados, deputadas, é um prazer estar aqui usando mais uma vez a palavra no Parlamento. Quero cumprimentar todos os telespectadores da TV Assembleia que nos assistem em Minas Gerais e o público presente. Hoje venho trazer um assunto muito sério.

Primeiramente quero conversar sobre o hospital regional de Divinópolis, que está 80% pronto, faltam 20% de investimento, mas o governador não investe. Diz o governador que não é prioridade, Sr. Presidente.

É um absurdo não tratar a saúde de Minas Gerais como prioridade. Iniciamos com o hospital público regional porque, se ele estiver pronto, automaticamente vamos ter saúde melhor na cidade.

Passando do hospital regional, quero falar da UPA. O deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, até já marcou uma audiência pública para quarta-feira que vem, às 9 horas, para debatermos a questão da UPA de Divinópolis.

Um médico de Divinópolis chamado Dr. Delano, vereador, meu companheiro, parceiro de caminhada, fez um vídeo mostrando a realidade da UPA de Divinópolis. Vocês não imaginam, está como se fosse um país em guerra, como se fosse a Somália, Angola, o Afeganistão. O pessoal está dormindo nas cadeiras – há duas cadeiras encostadas, e o pessoal dormindo lá há 12, 15, 20 dias, com operações para fazer. Não tem leito no hospital. Está um absurdo, está um caos geral a UPA de Divinópolis.

O que fizemos? Tem um grupo em Divinópolis muito importante – temos aqui também de abrilhantar os grupos, porque, hoje em dia, a rede social tem um papel fundamental. O vídeo do Dr. Delano já está com 6 milhões de visualizações. Imaginem o que é isso: 6 milhões de visualizações de um vídeo feito na UPA em Divinópolis, mostrando o caos. Existe outro grupo também chamado Ação Política Divinópolis. Estamos debatendo com a Cida, com o André e com vários componentes do grupo – é um grupo grande – as formas para chegar ao governador. A pauta da Câmara Municipal de Divinópolis já está trancada, lá não se vota nada até que se resolva o problema da UPA daquela cidade. Não tem jeito. Não há que falar em votar alguma coisa na cidade, com pessoas morrendo na UPA – elas não estão tendo atendimento na unidade. É o primeiro ponto.

Depois, conversei com o vereador Renato Ferreira, da Comissão de Saúde, que também é, comigo, autor da audiência da semana que vem. Ele estava falando dos atendimentos na UPA. Fui à UPA e visitei os médicos. Vocês não imaginam. Hoje há 31 pacientes internados lá precisando de um leito para saírem e irem para o Hospital São João de Deus ou para um hospital que seja dentro do Estado de Minas Gerais. São 111 pacientes ortopédicos esperando em casa. Ou seja, não tiveram atendimento na UPA, e

eles foram para casa com braço quebrado, com perna quebrada, com bacia quebrada. São lesionados da ortopedia que estão em casa, esperando atendimento. Mas não têm atendimento, e a UPA está um caos.

Vocês não vão acreditar: o governador, há 16 meses, não repassa R\$125.000,00 para a UPA. Não consigo acreditar, Mourão, como um governo deixa de passar R\$125.000,00. E vidas estão sendo ceifadas, pessoas estão sendo mal atendidas, dormindo em duas cadeiras, em colchão arrumado. É um absurdo. Realmente, quando olhamos Minas Gerais nas propagandas feitas na televisão, parece que estamos em outro estado, em outro país. Mas, na verdade, não é. Ficamos aqui reclamando que o Rio está ruim, que lá está assim e assado, mas não sabemos o que estamos passando em Minas. Quando visitamos uma UPA é que vemos que realmente o nosso problema está igualzinho, a nossa falta de governabilidade está igual. Esse desgoverno não investe na saúde.

Sargento Rodrigues, o que venho pedir hoje – e tenho a certeza de que os deputados estarão comigo – é que façamos uma obstrução séria nesta Casa, que paremos de olhar para o nosso umbigo, buscando só as emendas parlamentares individualmente. Vamos buscar o macro, e o macro é esta Casa não votar nada até que o governador honre, pagando o que ele deve para as UPAS no Estado de Minas Gerais, incluindo a UPA de Divinópolis. São R\$2.000.000,00 em 16 vezes. Aí, sim, vai prevalecer nesta Casa o Legislativo. Legislativo não é troca de voto por emenda, Legislativo é fazer o certo. Se está errado na ponta e se vidas estão sendo perdidas, esta Casa tem que parar Minas Gerais até que se resolva. Na hora em que batermos na mesa e pararmos Minas, o governador vai entender o recado, porque parece que ele está virando as costas para esta Casa. Ele não escuta os deputados, não recebe ninguém, fica só lá, defendendo-se de operações, da Acrônimo – são mais de R\$50.000.000,00 –, e nada, nada de ver o que este Parlamento faz.

Portanto, temos que mudar o objeto desta Casa. Mourão, vamos obstruir até que ele pague às UPAS. Em Divinópolis foram R\$2.000.000,00, mas há muitos lugares em que o Estado também está em dívida com a UPA. Porque UPA é tripartite, o município ajuda, o Estado ajuda, e o governo federal ajuda. Às vezes, está faltando recurso do Estado de Minas Gerais, porque o governo, em momento nenhum, olha para a saúde.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Fabiano Tolentino, V. Exa. está falando verdades que podem doer para o governo, mas é uma pena que ele não atenda sequer a este setor de prioridade maior, o da saúde. V. Exa. está falando sobre a UPA de Divinópolis, a unidade de pronto atendimento.

Cerca de 80% do Hospital Regional de Divinópolis está pronto, o que foi feito no governo Anastasia, porque, neste governo, não foi feito nada. Com o Hospital Regional de Governador Valadares aconteceu a mesma coisa: quando o Anastasia terminou o governo, havia 300 pessoas trabalhando na construção do novo Hospital Regional de Governador Valadares, assim como acontecia em Divinópolis e em mais 9 municípios mineiros, sendo ao todo 11.

Ao mesmo tempo, V. Exa. está dizendo que não votaremos nada, que obstruiremos. A oposição está realmente obstruindo, mas a base de governo está obstruindo também, porque não vem aqui. Nós estamos presentes, mas a base de governo não tem vindo, haja vista a ausência aqui e agora. Deputado Fabiano Tolentino, a oposição vai votar o orçamento e quer votá-lo, sabe por quê, deputado? A base de governo e o governador, a meu ver, não estão querendo aprovar o orçamento, porque, se aprovarem, vão ficar apertados para cumpri-lo no ano que vem.

Para concluir o Hospital Regional de Governador Valadares, o governador aplicou R\$39.000.000,00; para o de Divinópolis e o de Teófilo Otôni também, e assim por diante. Se não votarmos o orçamento, o governo vai dizer que foi a oposição que não votou. Não vamos dar essa desculpa para o governador, não, deputado; vamos cumprir a nossa parte direitinho. Estamos cumprindo o Regimento Interno, fazendo a nossa obstrução, mas o pior são aqueles que não vêm aqui. Boa parte da base do governo não vem aqui. A Assembleia tem estado vazia há longo tempo, porque a base do governo não comparece.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Obrigado, Deputado Fabiano Tolentino. Parabéns a V. Exa., que tem feito um trabalho sério, combativo e, acima de tudo, representado muito bem o Oeste de nosso estado, a nossa querida Princesinha do Oeste, a

nossa querida Divinópolis. V. Exa. tem demonstrado, com garra, com seriedade, com transparência, a defesa não só do povo daquela região, mas especialmente de uma administração pública séria, o que não vem acontecendo nesse desgoverno.

V. Exa. trouxe as questões da UPA, e quero dizer que pode continuar contando conosco nessa luta, porque é uma causa muito séria. Quem vai para a UPA é a pessoa mais humilde, a pessoa que necessita. Mas não é só isso: ontem mesmo, realizávamos, Deputado Mourão, uma audiência pública sobre o IPSM, porque o governo do PT, em Minas Gerais, desviou mais de R\$600.000.000,00 da saúde do IPSM. Só para fazer uma conexão com a fala de V. Exa., desviaram na saúde mais de R\$600.000.000,00, e R\$480.000.000,00 é o que o segurado paga do próprio bolso, o que descontam no contracheque do policial e do bombeiro militar. O governo simplesmente deu calote, sarrupiou. O governo do Fernando Pimentel sarrupiou mais de R\$600.000.000,00 do IPSM.

Mas, aí, ele vai à propaganda oficial, em que está torrando R\$100.000.000,00, e faz isso, deputado Fabiano Tolentino. Olhem aqui o jornal de hoje: compraram meia página do jornal *Estado de Minas*. Isso custa R\$50.000,00, parte dos R\$100.000.000,00 que está torrando. Este se chama o estado de Alice, não é o país de Alice não; é o estado de Alice, o estado das mil maravilhas. Mas a saúde, a educação, a segurança pública, o transporte, as clínicas de recuperação estão precisando. O setor prisional não repassa dinheiro do ICMS, do transporte escolar aos municípios. É uma lástima, um desgoverno total.

Parabéns a V. Exa.! Infelizmente, a propaganda não está conseguindo vencer a verdade dos fatos que V. Exa. traz aqui.

O deputado Fabiano Tolentino* – Não vai vencer, deputado Sargento Rodrigues. Muito obrigado pelo aparte.

Quero trazer outra ação em que estamos empenhados: a falta de repasse do Estado para os servidores e o nome do servidor indo para o SPC. Isso é um absurdo. Nesse caso, o secretário de Planejamento ou quem quer que seja responsável pela pasta – ou o próprio governador – tinha de ser punido com cadeia. Onde já se viu retirar do salário do funcionário, e não repassar para o banco?

Para o telespectador entender, a pessoa compra uma casa ou pega dinheiro emprestado, e aquele depósito é descontado na folha de pagamento. O governo está descontando da folha de pagamento e não está repassando para a instituição financeira. Isso é um absurdo, é o caos geral. Está aqui no jornal *O Tempo*: “Falta de repasse do Estado põe servidores no SPC”.

Vários me mandaram, pelo WhatsApp, o pedido do SPC para entrar com o nome daquele servidor como inadimplente, mas não está, porque ele pagou, foi descontado no salário dele, em folha de pagamento, mas quem não fez o repasse e está inadimplente é o Estado de Minas Gerais. Isso é apropriação indébita, é crime previsto com pena de reclusão, dá cadeia. É impressionante o que fazem o governador do Estado de Minas Gerais e o secretário.

Outro tema que venho trazer é a BR-352, que o Estado mantinha, que liga Pitangui a Martinho Campos e Abaeté. Estamos fazendo uma ação para o recapeamento dessa BR. Outro dia fui lá, e a situação é impressionante. A BR está puro buraco. Não se faz nada, e agora o governo passou a responsabilidade para o Dnit; que o Dnit faça as ações. É do âmbito federal, mas estamos aqui para cobrar porque é uma estrada dentro de Minas Gerais, e cabe a esta Casa a cobrança para que o Dnit faça o recapeamento ou tapaburacos na BR-352. Ela não suporta mais, caminhões quebram, ocorrem acidentes a toda a hora, vários acidentes por dia, e, com a chuva, piora. É um absurdo. Para levarmos bem para o lado mineiro, presidente, a estrada parece um queijo suíço, já que em Minas de queijo entendemos. Um queijo todo esburacado, de péssima qualidade.

Para finalizar, não esqueci da Copasa. Estamos empenhados e debatendo por Minas Gerais os desmandos da Copasa em Minas. Hoje, presidente, já são mais de 30 CPIs formadas nas cidades. Nesta Casa estou propondo uma CPI, já com 16 assinaturas, e conclamo todos os deputados para a assinarem, pois essa estrutura que temos, se não assinarem para não haver nenhuma CPI para averiguar e investigar, é muito cara para o Estado. Os deputados têm que entender isso, colocar a mão na consciência e admitir que cabe a nós, como deputados e representantes do povo, havendo pedido, investigar a Copasa, a Cemig, o governo do Estado de Minas Gerais, as obras do Mineirão. Qualquer coisa tem a minha assinatura. Estou aqui não é para fugir de assinatura na CPI, porque CPI é um instrumento da Assembleia. O que muda é que na CPI teremos condições de fiscalizar melhor.

Portanto, estou propondo a CPI da Copasa. Esta Casa tem apenas 16 assinaturas, mas precisamos de 26. Em contrapartida, estamos indo a todas as cidades do Estado de Minas Gerais que têm problemas com a Copasa. Bom Despacho vai tirar a Copasa; o prefeito Fernando Cabral tem coragem – é um ato de bravura. Não é fácil, é preciso ter coragem para tirar a Copasa, e o prefeito Fernando Cabral já disse que vai tirar a Copasa porque essa empresa o desrespeita desde quando ela chegou em Bom Despacho. Temos de parabenizar os prefeitos de várias cidades – e já são 30 – que estão fazendo as CPIs. Algumas já estão terminando e condenando a Copasa.

Em Divinópolis, para que vocês entendam, ontem a CPI chamou os representantes da Arsae para conversar. Vocês não vão acreditar: a Arsae é o órgão regulador que deveria fiscalizar as ações da Copasa, que tem como diretor o ex-prefeito de Prados, do PT. Só aí já vemos que ela não tem como fiscalizar muita coisa. É difícil uma fiscalização, por aquele que é parceiro do governo, de uma empresa em que 51% das ações são governamentais. Mas, mesmo assim, a Arsae foi chamada a Divinópolis, na CPI. A Arsae disse que, em 2016, quando viu que a ETE de Divinópolis não ficaria pronta, já sabia que a Copasa não daria conta de fazer a obra. É impressionante; uma empresa que fiscaliza um cronograma de obras! Ela já sabia que a Copasa não entregaria a obra, em conluio com o ex-prefeito, em conluio com a própria Copasa. Isso é inadmissível. Uma empresa gestora, que fiscaliza a Copasa, entender que a Copasa não vai fazer e não multar, não oficiar, não fazer nada.

Desse jeito não dá, é uma Minas de ninguém, uma Minas só da imprensa, que diz que tudo no governo é muito bom. Outro dia, durante o *Fantástico*, vi uma propaganda da Copasa, o que também é um absurdo, pois o valor é muito alto. A propaganda mostrava que a Copasa era a melhor empresa do Brasil e que tudo funciona. O lucro no ano passado foi de R\$434.000.000,00. Presidente, não queremos da Copasa lucro, mas obras, porque o lucro vai para os acionistas na Bolsa de Nova York, vai para as pessoas que são donas da Copasa. E não podemos permitir que o nosso dinheiro, seja da coleta do esgoto, do tratamento do esgoto ou da água, vá para acionistas, seja dividido, e não consigamos fazer as obras necessárias da cidade.

Concluindo, obstrução da pauta até que se paguem as UPAs do Estado de Minas Gerais. Estou nessa e vou até o fim, e peço aos deputados que estejamos juntos. E que a Copasa respeite os mineiros, porque dessa forma ela está nos desrespeitando. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Quero cumprimentar o Exmo. Presidente Dalmo Ribeiro Silva, as deputadas, os deputados e, de maneira especial, os alunos do curso de pedagogia da Universidade de Viçosa e as pessoas que normalmente prestigiam as nossas reuniões ordinárias.

Tenho dois assuntos a tratar nesta tarde. Primeiro, quero manifestar a minha insatisfação e o meu repúdio por uma empresa que foi designada – deve ter vencido uma licitação – para fazer a recuperação da BR-251 no trecho que vai de Montes Claros a Francisco Sá e daí ao trevo da cidade de Grão-Mogol. Os trabalhos se iniciaram há uns seis meses e aparentemente a pista estava recuperada, com asfalto bonito e as faixas já pintadas. Mas, nas primeiras chuvas – se é que podemos chamá-las assim, porque caiu por alguns dias aquela chuvinha, um apaga-pó, como dizem na região norte-mineira, de apagar o pó –, o asfalto ficou todo deteriorado e apareceram buracos e crateras. A população tem se manifestado de forma rigorosa e veemente, até porque essa é, sem dúvida, uma das mais importantes BRs que corta o Estado de Minas Gerais, que liga o Sudeste ao Nordeste, por onde passam, caro amigo deputado Geraldo Pimenta, 20 mil carretas por dia, transportando riqueza e alimento para o Nordeste brasileiro.

Os motoristas e as pessoas que transitam pela BR-251 estão, com razão, indignados, porque não chegaram a entregar a obra: ainda falta um trecho de mais ou menos 20km para a sua finalização. Então, estamos manifestando nossa inconformação com mais esse roubo e esse desrespeito com o povo de Minas Gerais. Amanhã, na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, vamos apresentar essa denúncia e cobrar do Dnit uma explicação, e da empresa que refaça todo o trecho feito até hoje. Não é possível que isso aconteça numa BR dessa importância, por onde transitam diariamente milhares de carros, caminhões, ônibus e

carretas bitréns – aquelas carretas enormes –, porque as primeiras chuvas destruíram grande parte do serviço de recuperação já executado antes que a obra fosse entregue à população.

Estamos cansados de ver isso no Brasil. O dinheiro público tem se tornado um escárnio, um verdadeiro desrespeito com a população: políticos roubam o que querem e as empresas que ganham as licitações, querendo economizar para os seus proprietários, literalmente assaltam os recursos públicos do País e do Estado.

Entendo que, por ser uma BR, o governo do Estado tem de se manifestar porque ela está em Minas. Passei por ali e filmei. É uma pena que não podemos passar mais os filmes que apresentamos em forma de denúncia. Há uma censura enorme também na Casa. Queria mostrar esse filme para que vocês tenham a mesma indignação que estou tendo, esse mesmo sentimento de revolta e de assombro em relação ao que fazem com os recursos públicos no nosso Estado. Portanto, fica aí a nossa ponderação e denúncia. Espero que, mais uma vez, essa denúncia seja apurada e os representantes ou os responsáveis sejam punidos porque o povo não pode ficar no prejuízo. Isso sem contar com as inúmeras vidas que poderão ser ceifadas por esse trabalho vagabundo, porco e que, mais uma vez, humilha o Estado de Minas Gerais.

Quanto ao segundo assunto, presidente, gostaria de apresentar uma reportagem que foi feita ontem. Peço à TV Assembleia que foque essa primeira página do jornal *Estado de Minas*, que, por meio de um grande jornalista da nossa região, o Luiz Ribeiro, que já ganhou vários prêmios, mostra que a seca em Minas põe o Estado em situação de emergência. Na verdade, 265 municípios – está aqui o mapa da seca – já sofrem com uma seca implacável, que tem retirado dos milhões de mineiros a coisa mais importante que possuem para a sua sobrevivência: a água. Pedimos que a reportagem tão importante do jornalista Luiz Ribeiro, presidente, conste na nossa ata, nos anais desta Casa, na íntegra, porque faz também uma denúncia gravíssima de omissão do governo deste Estado, do governo federal, de órgãos importantes como a Agência Nacional de Águas – ANA – e a Copasa, denunciada pelo deputado Fabiano, que, inclusive, propõe uma CPI para investigá-la. E, ainda, omissão dos órgãos de fiscalização, porque estamos vivendo a pior seca de toda a história de Minas Gerais e, de maneira muito especial, do Norte de Minas. Olhem que já estamos acostumados a ter seca todos os anos, mas a seca de 2017 é uma somatória da de 2014, 2015 e 2016 e agora castiga o povo norte-mineiro.

Ontem, em Montes Claros, por iniciativa das lojas maçônicas da cidade, reunimo-nos na Associação Mineira de Municípios – AMM – com a presença de vários líderes das maçonarias – aliás, mais de 500 maçons estiveram presentes. E foi redigida a carta de intenções do Norte de Minas mostrando a calamidade hídrica pela qual passa a nossa região. Nós a assinamos.

Estiveram presentes outros deputados estaduais, vários deputados federais, que também assinaram a carta de intenções do Norte de Minas, denunciando e pedindo soluções para que os governos possam apresentar propostas e facilitar a convivência com a seca daquela região. Várias cidades estão sendo abastecidas por caminhões-pipa, inclusive grande parte da cidade de Montes Claros. Os bairros mais periféricos, os bairros mais altos estão sendo abastecidos com caminhões-pipa. Veja bem a situação a que chegou a cidade de Montes Claros.

E, nessa carta, os maçons, os deputados presentes e a sociedade norte-mineira pedem aos governos estadual e federal uma posição mais clara, mais transparente, mais objetiva para a revitalização dos nossos rios, coisa que a Copasa não faz. Já denunciei isto várias vezes desta tribuna: a Copasa explora um manancial e, quando acaba a água dele, pula para outro; quando acaba toda a água de superfície, ela começa a perfurar o chão em busca de água subterrânea. Temos milhares de poços artesianos que têm enxugado, desidratado o nosso subsolo e, logicamente, a água não flui para os cursos dos rios e dos córregos. Mais de 80% dos nossos rios, André, já estão secos. Então, é necessário que enxerguemos uma ação do governo do Estado e do governo federal.

Não estou fazendo uma crítica por criticar, mas porque estamos privados da coisa mais importante que temos: água para consumo humano. Isso tem desestimulado os produtores rurais e os criadores de gado. A indústria poderia estar indo para o Norte de Minas, para a área mineira da Sudene, mas qual indústria vai querer investir numa região que não tem água para abastecer a população? Esse é o drama que estamos vivendo.

Nessa carta de intenções acrescentamos um item, sobre as monoculturas, as vastidões de plantações de eucalipto que existem naquela região. São milhares e milhares de hectares plantados com eucalipto. A grande maioria das empresas reflorestadoras, ressaltando as empresas sérias, que são uma minoria, não estão respeitando as encostas; estão plantando eucalipto nas margens dos rios, nas veredas. E, quando se vai questioná-las, como eu tenho feito, falam assim: “Não. A minha empresa não”. Mas elas estimulam as pequenas empresas, estimulam os pequenos produtores a plantar eucalipto, e eles vão plantando, plantando... Isso tem feito uma diferença muito grande; está levando o Norte de Minas a um processo de desertificação.

Estou denunciando aqui que as monoculturas de eucalipto do Norte de Minas, mais o desrespeito, mais a falta de investimento dos governos do Estado e federal, mais a falta de fiscalização dos órgãos que deveriam fiscalizar e do Ministério Público, que não deveria aceitar o que estão fazendo com o Norte de Minas. Enfim, tudo isso está levando a nossa região a um processo de desertificação, está secando os nossos rios.

Vejam o que acontece no Rio São Francisco, o único rio que atravessa vários estados dentro do território nacional: ele está morrendo. Em determinados trechos, você consegue atravessar esse rio a pé, devido aos bancos de areia. E as pessoas não estão entendendo que eles estão destruindo o futuro dos nossos filhos, o futuro dos nossos netos, o futuro das próximas gerações.

Tenho certeza de que isso incomoda o coração de vocês que estão me assistindo aqui na Assembleia; tenho certeza de que vocês não apoiam essas plantações sem fim de eucalipto, que visam apenas ao lucro. Eles não estão preocupados com a água para consumo do povo e falam que estão gerando empregos. Coisa nenhuma! Presidente, os empregos são mínimos, mas o lucro é muito grande.

Termino dizendo que temos denunciado isso aqui e não vamos nos calar. Sofremos ameaças, sofremos até com as redes sociais; pessoas que se colocam à disposição dessas empresas e combatem o nosso posicionamento. Mas, com as plantações de eucalipto, essas empresas estão cometendo o maior crime contra a humanidade, transformando o Norte de Minas num deserto e tirando a água, que é o sustento da nossa vida, da nossa geração e das gerações futuras. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva; senhores deputados e senhoras deputadas; telespectadores que acompanham a TV Assembleia; nas últimas semanas tenho participado de vários encontros, eventos organizados pelos trabalhadores do ramo financeiro público no Brasil, particularmente empregados, funcionários da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e também de outros bancos públicos. Esses eventos são organizados pelo sindicato dos bancários, pela federação dos trabalhadores dos bancos públicos, em defesa desses bancos e contra a possibilidade de sua privatização.

Sabemos que, depois do golpe parlamentar de 2016, uma série de medidas vem sendo tomadas pelo governo federal ilegítimo, no sentido de colocar em curso um novo projeto e uma nova visão de Estado brasileiro; um Estado omissivo diante das questões sociais; um Estado que nega seu papel de indutor e parceiro do desenvolvimento junto às forças produtivas e dos trabalhadores; um Estado que desrespeita o pacto federativo. Várias dessas medidas já estão surtindo efeitos perversos para a população brasileira. Foi assim com a Emenda à Constituição nº 95, que congelou por 20 anos os investimentos sociais em nosso país, e o reflexo vem agora: um corte de 98% no orçamento federal do Sistema Único da Assistência Social – Suas – e de 82% na agricultura familiar – só para ficar nesses dois exemplos. Além disso, houve um verdadeiro ataque à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, com o remendo trabalhista – aquilo não é reforma, pode ser deforma trabalhista –, com a terceirização e com várias medidas, inclusive a proposta de reforma da Previdência, que o governo Temer insiste em votar e aprovar. Agora querem fazer um esforço concentrado. Por esforço concentrado, leia-se distribuição de ministérios e de emendas parlamentares.

Enfim, toda sorte de artifícios para que aprovelem medidas que vão prejudicar a trabalhadora e o trabalhador brasileiros, mexendo até no sagrado benefício de prestação continuada pago aos idosos muito pobres deste país, ampliando a entrada de ingresso nesse benefício, passando-a de 65 para 70 anos e desvinculando o benefício do salário mínimo.

Paralelamente, o governo vem adotando medidas de sucateamento dos bancos públicos, com o fechamento de agências e a redução em seus quadros de servidores, visando preparar o terreno para privatizações. Foi assim na década de 1990. Como vereador em Belo Horizonte, lembro-me, deputado Geraldo Pimenta, das mobilizações que fizemos, durante os governos de Fernando Henrique, para evitar a privatização desses bancos públicos.

O telespectador que nos acompanha pela TV Assembleia poderia perguntar: “Por que não privatizar os bancos públicos? Que importância têm os bancos públicos?” É esse debate que o sindicato dos bancários e os trabalhadores têm feito. O banco público tem uma natureza diferente da do banco privado. Em algumas atividades, eles funcionam de maneira parecida. Porém, o banco público tem uma missão a mais, a de facilitar o crédito para os segmentos mais desprotegidos e induzir o desenvolvimento por meio dos pequenos e médios empreendedores urbanos e rurais, que não têm condições de se submeterem aos juros dos bancos privados. Principalmente, nos anos dos governos Lula e Dilma, esses bancos públicos tiveram um papel fundamental nas políticas públicas em geral, particularmente nas políticas sociais. Vejam bem: o programa Bolsa Família teve como âncora a Caixa Econômica Federal.

Quanto ao programa Minha Casa Minha Vida – só para o pessoal da região metropolitana ter ideia –, 95% do financiamento imobiliário, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, vêm de banco público e não de banco privado.

Em Minas Gerais a oferta de crédito de bancos públicos responde por 80% do total; de bancos privados, por 20%. Agora vocês poderiam me perguntar: “Qual é a proporção entre bancos públicos e privados no Brasil?” Há, no Brasil, 150 bancos privados e 15 bancos públicos. Só que, no Brasil, esses 15 bancos públicos respondem por nada mais nada menos que 56% do crédito, enquanto os bancos privados respondem por 44%. O crédito acertado pelos bancos públicos é o crédito para o agricultor familiar, por meio do Pronaf; é o crédito para o Fies, para o financiamento do estudante que ingressa no ensino superior; é o crédito para as obras de saneamento e mobilidade urbana. Também, por meio do BNDES, há o crédito para os empreendedores investirem em nosso país.

Estamos falando aqui de um processo que pode trazer graves prejuízos para segmentos que hoje dependem desse crédito e dessa atenção diferenciada.

Mesmo nas condições de favorecimento desses segmentos desprotegidos, os bancos públicos funcionam bem e conseguem, nas operações privadas, corriqueiras do sistema privado, ter os seus lucros, ter uma boa gestão; mas o diferencial é que esse recurso não é apropriado para uma família ou para alguns acionistas. Esse recurso é revertido para um conjunto de políticas públicas que buscam garantir os direitos sociais. Então essa é uma luta não simplesmente dos trabalhadores do sistema, do ramo financeiro ou dos bancos públicos.

Tenho uma experiência de trabalho, que foi o meu primeiro emprego. Trabalhei, por quase 10 anos, num banco público, como funcionário concursado, aqui, em Minas Gerais, a antiga Caixa Econômica Estadual, que depois se transformou em MinasCaixa. Trabalhei nesse banco público, que foi fechado no início da década de 1990, e sei da importância que um banco público tem para o desenvolvimento econômico com inclusão social. Então não se trata apenas da luta em defesa do emprego do trabalhador, por mais importante e legítima que ela seja. Afinal de contas, com tantos desempregados em nosso país, evitar medidas que aprofundem o desemprego é absolutamente legítimo; mas, além disso, estamos aqui tratando de uma outra dimensão, a dimensão do papel dos bancos públicos no processo de desenvolvimento econômico nacional, processo que pode e deve contar com essas instituições públicas, como é o caso do BNDES, como é o caso do BDMG e, principalmente, bancos como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Só as loterias operadas pela Caixa Econômica Federal carregam bilhões de reais de recursos para políticas sociais, para a saúde, para o esporte, para a cultura e 44% dos lucros para a seguridade social.

Então os bancos públicos têm um papel social. Muitas vezes o correntista normal faz opção por banco público, pela disponibilidade da agência. Isso é importante, porque o banco privado não se instala em qualquer município. Ele não se instala em qualquer distrito ou região. O critério do banco privado é o do lucro, da maximização do lucro. Então, muitas vezes o direito ao atendimento bancário é garantido pelo banco público, que não tem por missão esse lucro exorbitante.

Esse movimento de sucateamento busca exatamente criar condições para esse nivelamento, para que, em breve, o mercado dos bancos comerciais privados abocanhe essa fatia de mercado hoje operada pelos bancos públicos. Só que aí os bancos privados não vão querer tratar do Minha Casa Minha Vida, da faixa 1, dos mais pobres. Eles não vão querer se preocupar com operação de loterias, que revertem recursos para políticas sociais. Aliás, o governo Temer está criando um novo modelo de exploração lotérica exatamente para, sob o falso argumento de disponibilizar maiores prêmios, retirar recursos da área social. Os bancos privados não vão querer tratar com o pequeno agricultor familiar de uma região distante. O banco privado não vai querer se ocupar dos jovens pobres, que querem estar na universidade. O banco privado vai querer o cliente *vip*, o cliente que, com menos esforço do banco, traz mais retorno financeiro.

Isso tem de ser dito à população brasileira, porque todo movimento da grande mídia é no sentido de desvalorizar o público, de condenar e caricaturar o servidor público, colocá-lo no limbo e, aí, abrir o espaço do simbólico e do prático para a ampliação do privado, inclusive no setor financeiro.

A Assembleia vai fazer esse debate no próximo dia 27. O deputado Celinho do Sinttrocel, presidente da Comissão do Trabalho, participou e aprovou conosco um requerimento. Então faremos uma audiência pública aqui, a requerimento do sindicato dos bancários, da Fetraf, da Contraf, da organização dos trabalhadores dos bancos públicos, não só entre a Assembleia e os bancários, mas também com os municípios, estudantes, trabalhadores, produtores rurais e movimentos de luta pela moradia, para discutirmos o impacto dessas possíveis privatizações no desenvolvimento e na inclusão social do povo brasileiro. Estão todos convidados a participar dessa audiência do próximo dia 27 de novembro, segunda-feira, às 14 horas, na Comissão de Trabalho, Previdência e Ação Social.

Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a equipe do jornal *Tribuna do Leste*, de Manhuaçu, pelos 45 anos de sua fundação (Requerimento nº 8.959/2017, da Comissão de Administração Pública);

de congratulações com o pastor Ely França da Silva pela passagem de seu aniversário (Requerimento nº 9.018/2017, do deputado Léo Portela);

de congratulações com o jornal *Diário do Comércio* pelos 85 anos de sua fundação (Requerimento nº 9.117/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Gonzaga Soares Leal, ex-deputado federal e ex-prefeito de Teófilo Otôni, ocorrido em 26/10/2017, em Belo Horizonte (Requerimento nº 9.259/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e com toda a comunidade de Nova Serrana pela realização da 33ª edição da Festa de Reinado (Requerimento nº 9.346/2017, da Comissão de Cultura).

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 20/11/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Nilcilânio Amancio da Silva, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Leite.